

Continental investe mais 100 milhões em Famalicão

A Continental Mabor mantém o seu investimento em Portugal. O grupo alemão de pneus vai investir 100 milhões de euros na ampliação da sua unidade industrial em Famalicão. Com este projeto, serão criados mais 100 postos de trabalho na região. Serão produzidos pneus para veículos de movimentação de terras e para aplicações portuárias. Trata-se de garantir um crescimento sustentado nos pneus especiais pesados.

Produção na construção acelera

A produção no setor da construção registou um crescimento de seis décimas, em abril, para uma variação homóloga de 3,7 pontos percentuais, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística. Já os índices de emprego e remunerações, em igual período, tiveram acréscimos de 2,9% e 6%, respetivamente, o que compara com os 3,2% e 6,2% de março passado, adianta o INE.

Volume de negócios nos serviços abranda

O índice de volume de negócios nos serviços cresceu 2,1% em abril, face a igual período do ano passado e que compara com o aumento de 5,9% no mês anterior, de acordo com o INE. Os índices de emprego, remunerações brutas e horas trabalhadas registaram variações homólogas de 0,8%, 5,3% e 0,2%, respetivamente. “A secção de atividades administrativas e dos serviços de apoio apresentou o único contributo negativo (-0,2 p.p.) para a variação homóloga do índice agregado

Bruxelas impede fusão entre a Thyssen e a Tata

A Comissão Europeia oficializou o impedimento da operação de fusão entre Thyssenkrupp e a Tata Steel, que daria origem ao segundo maior grupo de produção de aço. Argumenta Bruxelas sobre o negócio: “A fusão iria reduzir a concorrência e aumentar os preços para diferentes tipos de aço. As duas empresas não ofereceram os remédios adequados para resolver estas preocupações”, refere o Executivo comunitário em comunicado.

PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO QUER MAIS LIGAÇÃO ENTRE AS UNIVERSIDADES E O TECIDO EMPRESARIAL

“Queremos projetos colaborativos liderados por empresas”

A Agência Nacional de Inovação (ANI) é a plataforma que dá corpo ao crescente alinhamento das políticas de I&D, inovação e empreendedorismo de base tecnológica em Portugal nas áreas da Ciência e da Economia. Movimenta por ano mais de 500 milhões de euros de fundos, estruturais e outros, destinados a apoiar a inovação. Em entrevista à “Vida Económica” à margem da cerimónia de entrega dos prémios ECOTROPHELIA Portugal, na Alfândega do Porto, o presidente da ANI, no cargo há menos de um ano, está otimista. Em 2018, só no âmbito do Portugal 2020, apoiaram mais de 600 projetos e, em 2019, não há dúvidas: “vamos aprovar mais, temos verbas mais elevadas este ano”. Eduardo Maldonado é taxativo: “queremos empresas a trabalhar com académicos liderados por empresas, que nos deem uma garantia de que, no fim, vem um produto”.



Eduardo Maldonado, presidente da Agência Nacional de Inovação (ANI).

Até porque os alunos gostam de ver qualquer coisa aplicada como resultado do seu trabalho. Motiva-os muito mais. Se isso puder dar origem a uma startup ou venderem uma patente a uma empresa, é um incentivo.

VE – E as empresas estão recetivas a estas ideias?

EM – Algumas. Eu diria que as melhores estão, porque nenhuma empresa que não faça inovação tem grande futuro. É a inovação que nasce de dentro, mas também pode vir deste ‘scouting’, ou seja, da observação do que os outros fazem para pegar nas melhores ideias e fazer parcerias. E algumas das ideias que temos aqui hoje, algumas empresas que estão no mercado podem perfeitamente pegar nestes produtos. Ou, então, estes estudantes podem associar-se a uma empresa. Qualquer uma das vias é boa.

VE – O senhor está há menos de um ano na ANI. Qual é o seu grande objetivo à frente da Agência?

EM – Essa é uma pergunta difícil. Mas, sim, claro que temos um projeto, que é intensificar e aumentar a colaboração entre as empresas e as entidades científicas. Temos visto ao longo dos anos que há uma

grande dificuldade... há, não, eu vou dizer havia, no passado, porque as duas comunidades – universitária e as empresas – não se falavam. Era cada uma com a sua linguagem diferente. E era muito difícil por em diálogo e trabalharem em conjunto. Mas nós temos vindo a promover novos inventivos e apoios para projetos colaborativos. Só apoiamos projetos colaborativos liderados por empresas. Não queremos só académicos a trabalhar. Queremos empresas a trabalhar com académicos, liderados por empresas, que nos deem uma garantia de que, no fim, vem um produto. Porque quando se faz investigação e inovação há um risco. E eu até costumo dizer ‘se não tem risco nenhum, não me venham bater à porta, vão a um banco’. E, portanto, nós só apoiamos projetos com risco, com risco de falhar, mas obviamente aqueles que achamos que têm as melhores ideias e que têm mais possibilidades de sucesso, embora possam por vezes não ter.

VE – Com que fundos financeiros contam para apoiar os projetos?

EM – Com dois tipos de fundos. A nossa principal fonte de financiamento são os fundos estruturais. Representam cerca de 50% da atividade. Já foi o QREN e agora é o Portugal 2020 e depois será o Portugal

2020-30. Nos outros 50%, sugerimos um sistema de benefícios fiscais, o SIFIDE, em que as empresas podem declarar aquilo que fizeram em atividades de I&D, nós certificamos que se trata de atividades de I&D e com isso obtêm um crédito fiscal que podem retirar ao IRC durante um período de oito anos, em função dos lucros que vão tendo. É evidente que a empresa tem de ter lucros, se não, não podem descontar nada.

VE – E essa verba representa quanto no orçamento da ANI?

EM – Ultimamente, temos passado créditos fiscais na ordem dos 200 milhões de euros por ano. É significativo. Depois, finalmente, temos fundos públicos, de inovação, criados por mecanismos financeiros. Vou dar-lhe um exemplo. Quando o Governo concede licenças de exploração de energia ou de ambiente, as empresas têm de se comprometer a gastar 1% para financiar a investigação. E somos nós que gerimos. É uma verba bastante pequena, mas temos uma certa margem para financiar projetos a partir daí.

VE – No total, entre fundos estruturais e estas duas outras vertentes de financiamento, quanto gere a ANI anualmente?

EM – O dinheiro não é nosso, está algures, nós só gerimos, selecionamos e distribuímos e depois alguém paga, que também não somos nós. Mas, no conjunto, movimentamos por ano mais de 500 milhões de euros.

VE – No último ano, quantos projetos apoiaram?

EM – No âmbito do Portugal 2020, no passado, foram à volta de 3000 projetos candidatos e, desses, apoiámos cerca de 20%. Ou seja, cerca de 600 projetos.

VE – O setor agroalimentar tem um peso significativo?

EM – Tem. Não lhe vou dizer que é o maior, porque há setores maiores. O maior é o das tecnologias de informação e digitalização. É o que está mais desenvolvido. Depois temos tudo o que sejam tecnologias duras, de fabrico, tecnologia mecânica, tecnologia de construção. O agroalimentar e a saúde vêm depois. São as quatro grandes áreas.

VE – Quero questioná-lo acerca do próximo quadro financeiro plurianual 2021-2027. Os fundos para a inovação vão manter-se?

EM – Espero bem que sim. Estamos agora a trabalhar. O Governo já lançou um processo de recolha de ideias, digamos assim, para fazer um ‘brainstorming’ a nível nacional e nós estamos a contribuir para

isso. Temos as nossas ideias, que não posso nesta fase estar aqui a divulgar, mas esperamos ser um parceiro ativo.

VE – Já se conhece a primeira proposta da Comissão Europeia. Não aponta para nenhum corte?

EM – Neste momento não há números enquanto não houver um orçamento comunitário. A proposta da Comissão não é certa, é muito debatível. Não quero comentar a distribuição dos fundos. Para já, o que se fala é em grandes números e eu não sei quanto é que vem para a inovação e para a investigação.

VE – O vosso orçamento anual é fixado ano a ano ou há uma predefinição em função do quadro comunitário?

EM – É ano a ano, embora haja uma preparação ao longo dos anos e nós sabemos mais ou menos quanto vai haver. Por exemplo, para o ano não sabemos quanto vamos ter, porque só vamos ter

as sobras, para tentar fechar o quadro comunitário.

VE – E este ano?

EM – Este ano, estamos muito bem. Só para lhe dar um exemplo, no último concurso que foi fechado para projetos pequenos, em copromoção, até três milhões de euros, tivemos um orçamento previsto na ordem dos trinta, trinta e poucos milhões de euros e aprovámos projetos que poderiam ter chegado aos 60/70 milhões. Portanto, foi preciso encontrar um aumento do cofinanciamento e foi possível financiar os cerca de 70 milhões em vez dos trinta e tal que estavam previstos. E, mesmo assim, não financiámos tudo. Havia muitos mais projetos.

VE – Acredita que vai fechar o ano de 2019 com mais projetos aprovados que em 2018?

EM – Seguramente que sim. Não tenho dúvida nenhuma. Vamos aprovar mais, temos verbas mais elevadas este ano.



Salmar vence prémio ECOTROPHELIA Portugal 2019

Salmar, uma conserva de salmão em escabeche com salicórnia, produto desenvolvido por alunos do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, é o grande vencedor do ECOTROPHELIA Portugal 2019. A distinção valeu-lhes um prémio monetário no valor de 2000 euros mais 7000 euros em serviços de consultoria, para que possam fazer crescer o projeto. E, além dos prémios, a equipa vai representar o país no ECOTROPHELIA Europe, nos dias 6 e 7 de outubro, em Colónia, na Alemanha, no âmbito da ANUGA, feira internacional do setor de alimentos e bebidas, onde estará a concorrer com outros 16 países.

Em segundo lugar ficou o Delichí, uma bolacha salgada com farinha de tempeh de chicharro, cebola e ervas, projeto que venceu também a distinção ‘Born from Knowledge’, atribuída pela Agência Nacional de Inovação (ANI), reconhecendo-o como o melhor projeto “nascido do conhecimento” de base científica e tecnológica. A terceira posição foi ocupada pelo InstaTwice, uma reinvenção das tradicionais sobremesas aletria e arroz doce. Os galardões foram entregues no final de maio no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, num evento que reuniu representantes da indústria agroalimentar e das entidades do sistema científico envolvidas na iniciativa.

Transição da ETAR de Alcanena para a empresa municipal é “um retrocesso” para a indústria de curtumes



A transição da gestão da ETAR (industrial) de Alcanena com coordenação da AUSTRÁ (Associação de Utilizadores do Sistema de Tratamento de Águas Residuais de Alcanena) para a empresa municipal AQUANENA, que pretende que esta ETAR passe a ser apenas doméstica, “representa um retrocesso para toda a indústria de curtumes” da região, que, se esta decisão vingar, terão de construir estações de tratamento de águas residuais próprias. Um processo que, garante Gonçalo Santos, secretário-geral da APIC – Associação Portuguesa dos Industriais de Curtumes, além de “não ser exequível”, seria “altamente oneroso” para as empresas.

TERESA SILVEIRA teresasilveira@vidaeconomica.pt

“A ETAR já existe há cerca de 30 anos e havia um contrato de concessão até 2024 que a Câmara Municipal decidiu resgatar em fevereiro último, cinco anos antes do previsto”, contou à “Vida Económica” o secretário-geral da APIC. O responsável explica que este processo “está a gerar grande preocupação junto dos industriais de curtumes do concelho, uma vez que deixam de ter uma unidade onde possam tratar as águas e os resíduos provenientes das suas fábricas, o que colocará em causa toda a indústria (local e nacional) e, consequentemente, a sustentabilidade da região”.

A APIC tentou, entretanto, uma providência cautelar, que suspende por 30 dias a decisão municipal. Porém, o problema está longe de uma solução. Para a APIC, se a Câmara não voltar atrás, está posta em causa “a competitividade da indústria de curtumes”, por via do risco de desmantelamento de um “sistema ambiental histórico” na região. E está também em “em risco de retrocesso” a economia circular

na indústria de curtumes, também podendo vir a ser “invertida a trajetória de aproximação do topo do mercado” por parte desta indústria, mas, também, da própria indústria de calçado, já que, “atualmente, 40% do couro destina-se a exportação, sendo que, destes, 60% é por via indireta, através do calçado”. E estamos a falar de empresas que “trabalham com grandes marcas mundiais de renome e que exigem declarações de cumprimento ambiental”, o que pode vir a estar em risco se o problema da ETAR não se resolver. Gonçalo Santos fala de todo um setor exposto a uma “forte concorrência” internacional, em que se está “a jogar cada vez mais ao nível da internacionalização e no aumento das exportações”, pelo que limitar os valores da descarga de água residual na ETAR de Alcanena vai “tocar em pontos sensíveis de sobrevivência para os industriais de curtumes”. E, avisa a APIC, estão em causa “2000 empresas e mais de 45 mil empregos” com um volume de negócios que “ronda os 2600 milhões de euros”.

Alcanena: 131 empresas da indústria de curtumes que empregam 3500 pessoas

O cluster do couro na região de Alcanena abarca 131 empresas, das quais cerca de 50% unidades industriais, que empregam 3500 postos de trabalho, diretos e indiretos, com “salários médios superiores ao salário mínimo nacional e à média geral da indústria portuguesa”, dia a APIC.

Em declarações à “Vida Económica”, o secretário-geral da Associação garante que todas estas questões “inquietam as comunidades que fazem parte da indústria de curtumes e da fileira do couro de Portugal”, que “merecem uma resposta séria e responsável de todos e com responsabilidade acrescida dos decisores políticos”.

Em comunicado a APIC questiona mesmo perguntando “se a competitividade económica é inconciliável com o equilíbrio ambiental” e se “uma indústria competitiva nos mercados internacionais geradora de emprego e de exportações não poderá ter lugar em Portugal, nomeadamente em Alcanena”. Um concelho com mais de 200 anos de história na indústria de curtumes e onde é duvidoso que possam ser criadas “condições económicas para criar 3000 postos de trabalho alternativos” àquela indústria se a mesma desaparecer.